



Valor Econômico – 11 Ago 2004

Decreto estabelece comitê para monitorar o setor

O governo autorizou, em decreto publicado no Diário Oficial de ontem, a criação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, cuja principal atribuição será acompanhar o desenvolvimento da matriz energética e orientar o Ministério de Minas e Energia no planejamento de mais longo prazo. As análises do grupo terão um horizonte de até cinco anos e vão avaliar as atividades de geração, transmissão, distribuição, comercialização, importação e exportação de energia elétrica, gás natural e petróleo e seus derivados. Ou seja, cuidará do acompanhamento da oferta e da demanda de energia no país e monitorará os reservatórios das usinas hidrelétricas.

O conselho será presidido pela ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, e terá outros quatro integrantes do ministério, e um representante de cada um dos cinco órgãos a seguir: Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional de Petróleo (ANP), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e Operador Nacional do Sistema (ONS). E terá reuniões mensais, a não ser que o presidente convoque reuniões extraordinárias.

O próximo decreto a ser publicado pelo governo deverá tratar da criação da EPE, empresa pública que será responsável pela viabilização dos planos estipulados pelo conselho, listando empreendimentos a serem licitados e cuidando da liberação de licenças ambientais.

Em seguida, o governo deverá definir as regras da CCEE. Os outros dois decretos publicados anteriormente pelo governo especificaram as regras para comercialização de energia no novo modelo e definiram o funcionamento do ONS.

Claudio Sales, presidente da Câmara Brasileira de Investidores de Energia, afirmou ontem, no 5º Encontro de Negócios de Energia, em São Paulo, que o setor agora preocupa-se com a formação de uma agência reguladora forte. Ele divulgou dados da Câmara Americana de Comércio, que mostram a insatisfação do setor com a atuação da Aneel, a agência reguladora do setor elétrico. De acordo com a pesquisa, 64% dos executivos do setor acham que a agência foi péssima ou ruim na defesa de um ambiente regulatório estável e atraente para investimentos.

Já a Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib) defende a criação de um fundo de investimento para a área de energia, a fim de ajudar no financiamento nos projetos de expansão de capacidade.